

Servidor comparece em massa ao Palácio, mas Covas não negocia e prefere provocar

No dia 17, o funcionalismo público demonstrou mais uma vez sua rejeição ao projeto de Previdência do governo estadual, comparecendo massivamente ao protesto realizado diante do Palácio dos Bandeirantes (foto). Caravanas de servidores da Capital e do interior dirigiram-se ao Palácio, onde uma comissão tentou avistar-se com Covas para negociar a retirada do projeto. Em vez disso o governador preferiu subir no caminhão de som e dirigir-se diretamente aos milhares de servidores presentes, apenas para anunciar que não quer retirar o projeto da Assembléia Legislativa. Agiu de modo irresponsável e provocador, procurando capitalizar politicamente sua "valentia". Na subida dos manifestantes até o Palácio, a tropa de choque da Polícia Militar por pouco não transforma uma manifestação pacífica num confronto de consequências imprevisíveis (foto). Os servidores prepararam-se agora para uma nova concentração, desta vez no dia 29 de setembro, na Assembléia, data prevista para a Audiência Pública do projeto.

Leia na página 3 o editorial "Covas, marketing e autoritarismo" e o noticiário sobre a assembléia dos docentes do dia 15; e na página 4 a repercussão do ato público na imprensa



Carlos Gueller



Agência Estado

No dia 29, todos à Assembléia Legislativa!

Adusp tem audiência com reitor

A diretoria da Adusp esteve reunida com o professor Jacques Marcovich no dia 21 de setembro para discutir o impacto da possível aprovação dos projetos de lei que regulamentam as carreiras de estado.

Como mencionado no Informativo 55, estão em tramitação no Congresso Nacional dois projetos do governo federal que terão forte impacto

sobre as universidades públicas. O PLC 43/99 (parte do antigo PLC 248/98) define quais são as carreiras exclusivas do estado e não contempla os setores de saúde e educação. O PL 4811/98 completa o quadro transferindo para a CLT todos os servidores que não sejam os das carreiras exclusivas. Se aprovados como estão, os futuros docentes nas universidades públicas se-

rão todos CLT e mesmo os atuais efetivos correm o risco de terem seus cargos transformados em emprego público, o que equivaleria à perda do cargo.

A Adusp apresentou à reitoria sua proposta de emenda, que está sendo apoiada por outras entidades, de permitir que servidores em carreiras estratégicas do estado, como saúde e educação, te-

nam direito também à efetividade. A reitoria se mostrou sensibilizada com a manifestação da Adusp e prometeu estudar a melhor forma de atuação junto ao Congresso Nacional. Em especial, o reitor considera importante que as universidades públicas estaduais paulistas possam ter suas carreiras próprias, incluindo aí a efetivação de docentes.

POLEMICA

“Enem só serve à iniciativa privada”, diz professor

No dia 29 de agosto cerca de 325 mil estudantes prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (-Enem). Neste ano, 54 universidades, entre elas as três estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), optaram por utilizar o resultado do exame como parte da nota em seus vestibulares. O Enem tem recebido elogios da mídia e de profissionais ligados à Educação, como uma alternativa factível e eficiente aos exames vestibulares.

Para o professor Rubens Barbosa de Camargo, da Faculdade de Educação, o Enem teria a função original de dar retorno de desempenho aos alunos de 2º grau e fornecer ao governo parâmetro de avaliação do ensino, mas apresenta falhas. “O governo acaba inferiorizando professores e alunos, como se a culpa por um resultado desfavorável (no Enem) fosse somente deles, retirando qualquer responsabilidade das políticas educacionais adotadas”, afirma Rubens.

Para ele, não haveria problema se um grupo de professores elaborasse questões que pudessem ou não ser utilizadas, a critério dos professores, para avaliar os alunos e o próprio ensino médio. O problema estaria na obrigatoriedade e na função real deste exame. “O governo não tem uma política que aponte para mudan-

ças em função dos resultados do Enem, como um acréscimo de recursos para a Educação. Na verdade, o que se busca é uma redução de custos, propondo uma modificação do ensino médio, com a flexibilização de currículos, sem ouvir os interessados, professores e alunos”, diz Rubens.

Outro ponto destacado pelo professor refere-se à utilização dos resultados do Enem por empresas e instituições de ensino. Usando os resultados do exame para admissão de alunos, as universidades privadas não terão que arcar sequer com os custos de elaboração de um vestibular, e as empresas privadas economizariam, também às custas do Estado, nos exames de seleção de candidatos a emprego. “Acaba-se prestando um serviço à iniciativa privada, não ao cidadão”, afirma.

Rubens acredita que o exame serve para incutir uma auto-estima negativa, uma subordinação pacífica e submissa dos que trabalham à força do capital. “No momento histórico em que boa parte da população escolarizável volta à escola e tem a possibilidade de permanecer nela por conta dos processos de regularização do fluxo escolar (ciclos, classes de aceleração e outros dispositivos da LDB), quando aumenta a pressão por mais vagas de qualidade no ensino médio

público, nesse momento se inventa uma nova forma de credenciamento diante do mercado de trabalho”, diz.

Mesmo a iniciativa de anistiar a taxa da Fuvest os 5.000 melhores classificados das escolas públicas é vista por ele com ressalvas. “Se é para anistiar, deveriam ser anistiados todos os alunos da rede pública, ou os cinco mil piores, que provavelmente serão aqueles que não ingressarão nas universidades públicas, ou seja, aqueles que supostamente necessitariam mais do dinheiro”, completa Rubens.

Atendimento Jurídico

Os sócios podem consultar o advogado sobre qualquer questão administrativa, trabalhista ou mesmo pessoal. A consulta é gratuita. Marque seu horário, envie questões, sugestões e críticas.

Plantões na Capital:

Quartas-feiras, das 9h às 13h. Telefones: 818-4465/818-4466/813-5573. Fax: 814-1715. E-mail: juridico@adusp.org.br

Plantões em Ribeirão Preto:

Segundas e quartas-feiras, das 10h às 12h. Telefones: (016) 633-7878 e 602-3520. Fax: (016) 633-8066. E-mail: juridicorp@adusp.org.br

Sem-terra prosseguem na marcha rumo a Brasília

Os mil trabalhadores sem-terra que saíram de Niterói no dia 26 de julho (foto), em marcha de 1.500 Km rumo a Brasília, atravessam agora o Estado de Goiás. São 200 Km áridos e isolados. Falta dinheiro, água

e comida. Os caminhantes pedem apoio a todos aqueles que se identificam com a luta contra o neoliberalismo, o desemprego e a exclusão social. É possível ajudar comprando bônus de 5 reais, divulgando a marcha (“já que a grande imprensa silenciou sobre ela”), e participando da assembléia popular marcada para 10 de outubro em Brasília (saem ônibus de São Paulo no dia 6). A chegada da marcha está prevista para 7 de outubro. Mais informações: Ana Corbisier, no Sindicato dos Advogados, telefone 3105-2516, à tarde.



Dirceu P. Vieira

Covas, marketing e autoritarismo

Com ameaças de desconto de ponto e insultos (“só marajás vão ao ato”), o governo do Estado tentou desmobilizar os servidores em campanha contra um projeto de Previdência draconiano e injusto. A partir da organização da passeata, prevista entre o Estádio do Morumbi e o Palácio, deparamo-nos com o autoritarismo aberto: proibição de subida do caminhão de som, fechamento da via pública por caminhão guincho e bloqueio da tropa de choque, escudo, gás lacrimogêneo, carabina e cara de mau.

Com muita calma e capacidade de negociação, os servidores, em manifestação pacífica e legítima, foram vencendo os obstáculos antidemocráticos do governo, fazendo-o recuar e conseguindo que os manifestantes da passeata se juntassem, carro de som incluído, aos manifestantes que já se encontra-



vam na porta do Palácio.

Esperávamos que o governador cumprisse sua obrigação, isto é, que se reunisse com a comissão de negociação do funcionalismo para discutir nossas reivindicações. Em vez disso, fomos surpreendidos pela sua aparição, desejando falar no caminhão de som, que há pouco havia proibido de che-

Fica clara, portanto, a intenção de Covas: não negociar coisa alguma e desviar a atenção da mídia

gar até a porta do palácio.

Além de um governador democrático não poder tratar manifestantes com ameaças e re-

cebê-los com tropa de choque, esperaríamos que soubesse o ridículo de dizer “bem-vindos”, “voltem sempre” e de tentar se passar por vítima, para servidores públicos com salários con-

gelados há anos, desrespeitados pelo seu projeto de Previdência e que acabavam de ser recebidos pela tropa de choque!

Fica clara, portanto, a intenção de Covas: não negociar coisa alguma e desviar a atenção da mídia. A imprensa, que nem sempre descreve os fatos de forma equilibrada, deu grande destaque à aventura do governador no estilo “bate-boca” com a massa. Pouco se falou da disposição de luta do funcionalismo e das tentativas de intimidação do governo.

Independentemente de jogadas de marketing político, o ato do dia 17 no Palácio dos Bandeirantes criou um fato político importante e aumenta a pressão sobre o governo e a Assembléia Legislativa.

A luta continua! Dia 29/9 tem nova concentração na Assembléia Legislativa!

Diretoria da Adusp

Assembléia aposta na mobilização

Projeto de Previdência tem Audiência Pública dia 29/9

Reunidos em assembléia no dia 15, os docentes da USP decidiram reforçar a mobilização para o ato do funcionalismo deliberando pela paralisação das atividades na USP na tarde e noite do dia 17. Para auxiliar na divulgação, foram aprovadas 17 inserções nas rádios CBN, Eldorado e Jovem Pan, ao custo total de R\$ 25.424,80.

Os docentes decidiram ainda retomar a pressão sobre os deputados estaduais, em vista da Audiência Pública na Assembléia Legislativa, relativa ao projeto de Previdência do Covas, marcada para o dia 29 de setembro das 9 às 13 horas.

Também foi assinalada a necessidade de maior politização do debate no campus tendo em vista a ofensiva contra a mobilização do funcionalismo. Alguns exemplos

ilustram essa situação. O líder do governo na Assembléia Legislativa, deputado Walter Feldman, atacou os servidores, alegando o caráter “anti-democrático” da paralisação convocada pelas entidades do funcionalismo para o dia 17. A TV Globo censurou a palavra “paralisação” no texto da chamada paga veiculada pelo funcionalismo na emissora.



Fotos: Carlos Gueller



A assembléia realizada no dia 15 no auditório da Física (foto acima) decidiu apostar na mobilização da categoria contra o projeto de Previdência de Covas. No ato do Morumbi, no dia 17, mais uma vez os docentes marcaram presença (foto ao lado)

Jornais realçam figura de Covas e minimizam protesto dos servidores

A maioria dos jornais, ao falar da manifestação do dia 17, deu mais realce à figura do governador do que à presença de milhares de servidores diante dos portões do Palácio dos Bandeirantes, ou ao motivo do protesto. Alguns jornais fizeram de Covas um herói por “enfrentar” os servidores. A **Folha de S. Paulo**, por exemplo, publicou quatro fotografias do episódio: em todas aparece Covas, e nenhuma delas retrata a massa humana que se deslocou até o Palácio. O jornal mais fiel aos fatos foi o **Diário Popular**, que publicou reportagem de página inteira e fez questão de ouvir os participantes do protesto. A matéria publicada em **O Globo** incorreu em erro ao afirmar que o projeto de Previdência de Covas fixa alíquotas de 25% para quem ganhar “acima de R\$ 12.700”: na verdade, essa alíquota incide na faixa salarial acima de R\$ 2.500,00. Abaixo, um resumo do que foi publicado.

Covas é agredido por servidor em protesto

Vários objetos foram atirados ontem contra o governador de São Paulo, Mário Covas, por servidores, diante do Palácio dos Bandeirantes, depois que ele anunciou que manterá projeto de lei da Previdência estadual. Um ovo o acertou. Cerca de 6.000 pessoas participaram do protesto para pressionar Covas a retirar o projeto, que aumenta a contribuição previdenciária dos servidores. (**Folha de S. Paulo**)

Covas enfrenta protesto de servidores e avisa que não mudará previdência

Surpreendendo os manifestantes, Covas deixou seu gabinete às 16h15 e, com poucas seguranças, cruzou os portões do palácio e subiu no carro de som dos servidores. Foi aí, do alto do caminhão — um trio elétrico — que o ovo o atingiu. A cena foi marcada pelo empurra-empurra



Fotos: Carlos Gueller



PMs filmam manifestantes, como na Ditadura; Covas passa ao lado de boneco; ato foi um sucesso

da multidão, mas o governador, visivelmente nervoso, e com o rosto vermelho, não titubeou. O governador foi vaiado pelos cerca de 6 mil manifestantes, pela estimativa da Polícia Militar, e 30 mil, no cálculo dos representantes dos servidores. “Fiz e não vou retirar (o projeto)”, garantiu Covas. (**O Estado de S. Paulo**)

Covas enfrenta manifestação e leva ovo

Ao voltar para o palácio, Covas se viu envolvido em novo empurra-empurra, apesar da escolta, enquanto líderes da manifestação, aos gritos, pediam calma aos servidores. Foi a segunda grande manifestação do funcionalismo contra a reforma. A

primeira aconteceu diante da Assembleia em 13 de agosto e reuniu 20 mil pessoas. Covas enviou o projeto em julho. Se aprovado, fixará alíquotas de 6% (para quem ganha até R\$ 600) a 25% (acima de R\$ 12.700). Hoje, ativos e inativos têm alíquota única de 6% e pensionistas estão isentos. Pela reforma, servidores admitidos em caráter temporário, cerca de 250 mil, passariam a contribuir para o INSS, perdendo o direito à aposentadoria integral. (**O Globo**)

Covas entra em guerra com servidores

O governador Mário Covas (PSDB) decidiu entrar em guerra com o funcionalismo por cau-

sa do projeto de reforma previdenciária do Estado e travou a primeira batalha ontem, durante manifestação dos servidores em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Quando uma comissão de funcionários e deputados se preparava para conversar com Covas, ele saiu do Palácio, passou, sob vaias e palavrões, pelo meio dos servidores e subiu no caminhão de som dos manifestantes. Quando começou a falar, o governador foi atingido por um ovo. Irritado, o governador ocupou parte do tempo do seu discurso respondendo aos servidores. “Ladrão é você”, “Tu é macho no meio desse povo todo” foram algumas das frases ditas por Covas. (**Diário Popular**)